



CAMPANHA SALARIAL

12 de AGOSTO

ASSEMBLEIA ESTADUAL:

PARALISAÇÃO E DECISÃO



ARTIGO

A realidade nossa de cada dia

Por Luiz Milito

A crise econômica mundial continua e vai se prolongar. Não se sabe até quando, mas basta lermos jornais, acessarmos a internet, ver e ouvir os noticiários das TVs e dos rádios ou, então, conversar com amigos, parentes e vizinhos que é certo haver alguém conhecido procurando emprego, ou mesmo os empregados reclamando dos salários, das condições de trabalho, do transporte, da educação, saúde, violência, da habitação, entre outros problemas.

Nos noticiários vemos todos os dias que bancos estão quebrando, empresas estão fechando, funcionários estão sendo demitidos. Há protestos, greves, multidões em estado de pobreza, mais de um bilhão de pessoas passando literalmente fome, destruição do meio ambiente, lutas raciais, doenças epidêmicas. Enfim, são as veias abertas do mesquinho sistema capitalista com as crises cíclicas e todas suas mazelas sociais.

Mas poderíamos lançar a seguinte pergunta para a sociedade: do ponto de vista dos trabalhadores e do povo pobre, quando não houve crise econômica e social que os atingissem? A resposta é fácil: nunca! Desde que nasceu o sistema capitalista, os trabalhadores e o povo têm seus direitos penalizados.

Isso se dá a partir da divisão de classes imposta pelo sistema. De um lado, uma minoria privilegiada, abastada, dona dos meios de produção que se apropriam das riquezas produzidas. E por outro lado, a classe trabalhadora, que sofre pela exploração da sua força de trabalho, do arrocho salarial, das péssimas condições de trabalho e vida ou pela ameaça do desemprego, da miséria e marginalidade em que milhares são jogados.

Na realidade, o conjunto dos trabalhadores e do povo não é afetado apenas pelas crises cíclicas mais agudas do capital, mas sobrevive, no mais das vezes, numa situação crítica permanente. É claro que estas condições pioram ainda mais nos momentos de crise.

São nesses momentos de crise que os governos de plantão, que adotam a política do "estado social mínimo", como o de José Serra, em São Paulo, tentam justificar suas ações nefastas para a população que necessita do Estado. Os mesmos declaram que a arrecadação caiu e em nome da crise cortam os orçamentos dos setores que prestam serviço público, arrocham os salários dos servidores, tentam tirar

direitos conquistados depois de árduas e históricas lutas e reprimem os movimentos por melhores salários e condições mais dignas de trabalho (veja os exemplos recentes em São Paulo, a repressão violenta contra a greve da Polícia Civil em 2008 e a ocupação da USP pela polícia contra a greve dos funcionários/professores neste ano). Enfim, oprimem e exploram os funcionários, precarizam e privatizam os



serviços públicos prejudicando o povo.

Porém, sabemos que a arrecadação do ICMS – que representa 90% do orçamento de São Paulo, o estado mais produtivo do país – diminuiu em um ano apenas 1,6%, isto porque foram feitas várias formas de isenções para incentivar as empresas para saírem da crise. No entanto, em contrapartida, aumentou a entrada de verbas na caixa do governo pela venda da Nossa Caixa ao Banco do Brasil (novembro de 2008), pelo valor de R\$ 5,3 bilhões (em 18 prestações), e também através da nova forma de cobrar o próprio ICMS, na fonte em alguns setores da produção, a chamada "substituição tributária", que até abril de 2009 rendeu mais de R\$ 2,9 bilhões – dados do próprio governo veiculados nos jornais.

E a direção do TJ-SP o que faz? Está totalmente conivente com essa política!

E a questão principal nem é de ter a mesma ideologia ou fazer parte do poder de estado burguês que é uno. Aliás, não é à toa, pois dentro do maior poder judiciário do planeta se reproduz a divisão de classe existente na sociedade. Ocorre que temos de um lado, a classe dos magistrados, com todos seus privilégios: altos salários (só a inicial é de R\$ 18 mil,

ainda estão aguardando aumento previsto de mais 13% pela isonomia federal), vários benefícios (já ganharam notebook e todo ano há verbas para compras de livros, entre outros), necessidades sempre atendidas (FAM e pecúnias em dia) e horas extras bem pagas (juizes de 1ª Instância são chamados para darem votos na 2ª, com farta, e não explicada, remuneração, alguns chegaram a receber R\$ 80 mil em um ano, sem descontos e sem precisar declarar ao Imposto de Renda). E para manter tudo isso precisam de verbas, não só arrançadas do orçamento, como sempre pleiteiam suplementações ao governo.

Do outro lado, estão os trabalhadores judiciários super explorados que, com a existência de 15 mil cargos vagos, trabalham por dois ou três – longe da recomendação do próprio Tribunal de Justiça que é de se trabalhar nos cartórios com até 300 processos por escrevente e 500 por oficial de justiça – e sofrem pressões, tanto do público formado basicamente por advogados, sem paciência nos balcões lotados, como do assédio moral das chefias irracionais e de juizes péssimos administradores. Servidores que não têm suas reivindicações respeitadas, pois sua reposição salarial e demais itens da pauta sequer foram discutidas entre a categoria e o presidente do TJ, sendo que já estamos no meio do ano. O malfadado Plano de Cargos e Carreiras, que está na Assembleia Legislativa, provavelmente não entrará mais este ano na pauta de votação.

Enfim, aos que realmente produzem: nada! Resta o quê? Aceitar tudo isso com desânimo e resignação? Não!!!

Fica cada vez mais claro que a disputa no TJ é pela distribuição da verba e que o governo atual exerce a política de arrocho salarial, conivente com a direção do Tribunal. E ambos padrões desrespeitam os direitos dos trabalhadores servidores. Por isso, é cada vez maior a necessidade dos judiciários paulistas se organizarem e caminharem para fortalecer a luta, de forma unificada, a partir de cada local de trabalho, formando comissões de prédios, fazendo reuniões e assembleias locais, participando ativamente do calendário da Campanha Salarial determinado em conjunto com o Fórum das Entidades e lutando junto aos demais setores do funcionalismo e dos trabalhadores em geral. No calendário temos duas datas importantes: dia 05/08 reuniões locais nos prédios para preparação e defini-

ção da Assembleia Geral, com um dia de paralisação, e a própria Assembleia no dia 12/08, às 14 horas, na Praça João Mendes, em São Paulo.

A Assojubs tem procurado fazer a parte que lhe cabe, que é de ser um instrumento da luta dos judiciários. Esteve e estará com sua Diretoria e delegados presente nas lutas, nas reuniões de prédios, nas assembleias e atos, nas reuniões com as comissões do TJ, buscando a unificação com as demais entidades e com o conjunto do funcionalismo estadual.

Vamos retomar e organizar a Campanha Salarial em agosto! Só conquista quem luta!

Luiz Milito, oficial de justiça da Vara de Execuções Fiscais Estaduais/SP e delegado regional da Assojubs na Capital

E X P E D I E N T E

Diretoria
 Hugo Coviello - presidente
 Paulo Pompeu - vice-presidente
 Maria Kill - secretária geral
 Adelson Gaspar - tesoureiro
 Eduardo Requejo - atividades sociais e culturais
 Laércio Armesto - atividades esportivas
 Mário Augusto - patrimônio
 Paulo Mercadante - comunicação
 Alexandre dos Santos - convênios

Conselho Deliberativo
 Iporaci da Silva Maia - Comarca de Santos
 Mário Sérgio Rosa - Comarca de Santos
 Roberto Maia Santana - Comarca de Santos
 Ailton dos Santos - Comarca de Santos
 Paulo Afonso Filgueiras Júnior - Comarca de Santos
 Mário Ricardo Reis Silveira - Comarca de São Vicente

Jornalista responsável: Camila Marques MTB 34.448
Conselho editorial: Camila Marques, Hugo Coviello, Luiz Milito, Mário Soares e Paulo Mercadante
Diagramação: www.cassiobueno.com.br
Tiragem: 2000 exemplares
Impressão: Gráfica Diário do Litoral

Assojubs – Associação de Base dos Funcionários e Servidores do Poder Judiciário do Estado de São Paulo
 • Endereço: Av. São Francisco, 276 / 278 – Centro – Santos - SP, Cep: 11013-202
telefone: 3223-2377 - 3223-5278
e-mail: fale conosco@assojubs.com.br
 secretaria@assojubs.com.br
internet: www.assojubs.com.br

A força do associativismo

Desde seu nascimento cada ser entende que nada pode fazer solitariamente, pois apoio e auxílio fazem parte de seu crescimento e evolução. Isso acontece em diversas áreas de sua vida: pessoal, social e profissional.

A cada etapa ultrapassada, percebe-se que a atuação através de grupos é muito mais eficaz do que uma atitude isolada. Para vencer é necessário incentivo, solidariedade, companheirismo e união, ações que coletivamente

dão resultados.

Esta conduta se forma naturalmente e denomina-se associativismo. Uma expressão do exercício da democracia e cidadania, uma forma de unir os interesses comuns, defendendo pontos de vista de maneira global.

E é através do associativismo, da junção de ideais e força que se constrói um caminho para a vitória, para as conquistas, para a transformação social, por melhores condições de vida e trabalho, para o desenvolvimento do

ser humano. É assim que os trabalhadores fazem a história sem perceber.

História essa repleta de mentes transgressoras e combativas, de lutas contra as injustiças, de empreendimentos, histórias de tentativas, resultantes em glórias e fracassos. Mas nenhuma delas foi conduzida sozinha.

Por isso, a velha máxima continua prevalecendo. A unidade faz a força, fez e sempre fará. Seus planos e sonhos podem ser o mesmo que o de um primo, do amigo,

vizinho, um colega de trabalho ou de estudo. Procure por aqueles que dividem de sua opinião e pensamento, defendem tais posições e trabalham meios para que sejam colocadas em prática.

Jamais desista, pois se até hoje todos tivessem renunciado aos anseios e aspirações não haveria história. Persista, mostre indignação, aponte caminhos e soluções. Faça a diferença.

Explane, convença, mobilize. Não deixe nunca de fazer história!

Então por que ser sócio da Assojubs?

A Assojubs é um instrumento da luta dos servidores e vem sendo construída junto com a participação de cada novo sócio. Veja e compare a prática dos diretores da nossa entidade, através da clareza e preocupação efetiva

com os interesses da categoria, na presença nas lutas, com propostas e reivindicações definidas com e através dos trabalhadores da base do judiciário.

Transparência nas ideias e ideais, inde-

pendência de classe, luta contra o peleguismo e burocratismo sindical são itens das nossas principais preocupações. Venha contribuir para construir uma entidade forte e combativa! Fique sócio.

Campanha de associativismo

Por um Judiciário digno, justo e transparente!

Por um Judiciário eficiente e democrático no atendimento à população!

Por um Judiciário que consiga resolver as questões e apresente resultados!

Associe-se



Junte-se à luta e obtenha outros benefícios:

- 1) Assistência Jurídica
- 2) Planos médicos
- 3) Ambulatório odontológico
- 4) Cartão de consumo Vale Card
- 5) Restaurante (Santos)
- 6) Convênios educacionais
- 7) Convênios de descontos
- 8) Barraca de Praia
- 9) Lazer

Sede Santos: Av. São Francisco, 276/278, Centro, CEP 11013-202

Sub-sede São Vicente: Rua Campos de Bury, 18, sala 11, Parque Bitarú, CEP 11310-350

Telefones: (13) 3223-2377/3223-5278 (Santos) ou (13) 3468-2665

E-mails: faleconosco@assojubs.com.br / secretaria@assojubs.com.br

12 de agosto: paralisação, assembleia e decisão

Mais dois meses se passaram e o Tribunal de Justiça comodamente sequer se manifesta sobre a data-base da categoria, vencida há cinco meses, e tampouco apresenta uma proposta de reposição salarial para os servidores do judiciário.

A Assembleia Estadual do dia 12 de agosto transforma-se, assim, no momento mais importante para os judiciários em 2009. Hora de decidir pela mobilização de luta pelos salários ou escolher pela manutenção do quadro atual de defasagem salarial, sobrecarga de serviço e condições precárias de trabalho. Não há outras alternativas. É luta ou nada. E a luta significa a greve.

Todas as demais alternativas de pressão foram tomadas. A cúpula do Tribunal paulista mantém-se insensível aos apelos da categoria, intransigente nas negociações ou conformada em ver seu poder administrativo tutelado pelo Estado. O governo de José Serra (PSDB), segundo informações de deputados, de assessores e desembargadores do próprio TJ, além de cortar o orçamento desse ano, não está disposto a suplementar verba alguma para o Órgão.

Por sua vez, o Tribunal não se mostra disposto a deixar de gerir os recursos, colocando os magistrados como prioridade. Ao contrário, segue defendendo práticas condenadas até pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), como, por exemplo, o pagamento do auxílio voto para juízes de 1ª Instância que profere votos auxiliando desembargadores na 2ª Instância.

Desembargadores tentam manter os vencimentos acima do teto salarial de R\$ 24.500,00, determinado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo CNJ, recorrendo a mandados de segurança. Menos mal que esses mandados de segurança foram denegados pela Procuradoria Geral da República.

Precisamos também reconhecer as falhas da categoria. A chamada "Operação Padrão", que poderia ser um forte instrumento de luta e pressão e que evitaria até uma nova greve, na prática não se efetivou na maioria dos ofícios por todo o Estado. Apesar dos mais variados tipos de desculpas, é possível, sim, fazer "Operação Padrão" e ela teria um grande resultado se seguida fielmente e com disciplina de luta pelos judiciários.

Não foi o caso, apesar da grande repercussão na mídia, especialmente

na Baixada Santista, onde a mobilização alcançou a maior força em todo o Estado e a manifestação de 29 de abril, em frente ao Fórum de Santos, contou com a participação de 400 companheiros, o maior ato de toda a Campanha Salarial até agora.

Repercussão que se deve em grande parte também ao permanente trabalho de comunicação realizado pela Assojubs e, politicamente, pelo esforço e capacidade de mobilização que os servidores e associados da Assojubs demonstram ao longo dessa Campanha. Tanto que foi a entidade que mais mobilizou servidores para o ato do dia 17 de junho, na Praça João Mendes, em São Paulo, onde estiveram reunidos 300 servidores, sendo que cerca de 50 vindos da Baixada Santista, através da Assojubs, e outros 30 companheiros da Capital, chamados pelo trabalho da associação.

Isso quer dizer que toda a estrutura e recursos necessários para a mobilização da categoria estão colocados à disposição da luta - a Assojubs assegura que de sua parte na Campanha Salarial Unificada foi e seguirá sendo assim - e que todo o esforço dos companheiros que participaram até agora foi pela vitória dessa luta, que atinge a vida de todos os servidores.

Falta, entretanto, a participação da categoria, até daqueles que são contrários à greve, pois só assim sua opinião poderá ser avaliada pelo conjunto.

Sem essa participação, a greve, caso seja decidida no dia 12 de agosto, ou qualquer outra mobilização, não trará a vitória, que é a imediata reposição salarial de 14,69% e o início das negociações sobre os demais itens da pauta.

Por que lutar?

Porque sem luta não conquistaremos nada, pois a lógica de atuação dos poderes de Estado, tanto o governo quanto a Assembleia Legislativa e o Judiciário, está baseada na defesa dos interesses dos grandes grupos econômicos, dos ricos e dos poderosos.

Para manter esse poder, a ordem e o controle social, o Estado - que deveria prestar bons serviços públicos - faz apenas minimamente o suficiente para assegurar a continuidade dessa lógica, sem grandes tensões sociais e sem muitos custos.

Assim, e principalmente em São Paulo, onde praticamente o mesmo grupo político controla o governo des-

de 1982 e o mesmo partido, o PSDB, está no poder há 16 anos, existe uma política de arrocho salarial do funcionalismo. Até porque é preciso sobrar dinheiro, já que Serra é candidato a presidente em 2010.

Isso quer dizer que não adianta os servidores públicos, incluindo os judiciários, aguardarem boa vontade do Governo do Estado, pois isso não vai acontecer.

Não adianta esperar por justiça da cúpula do TJ, pois os interesses primordiais e prioritários das gestões do judiciário paulista continuam a ser pela própria classe, ou seja, magistrados e desembargadores. Tampouco é possível esperar que ações judiciais, contra os mandatários daqueles que as julgarão, possam trazer algum resultado.

É bom esclarecer ainda que não há juridicamente nada que possa ser feito contra o TJ pelo não pagamento da data-base, pois a lei que criou a data-base não estipula índice de reposição e nem punição para o administrador público que não cumprir a lei de revisão anual do vencimentos dos servidores públicos (Art. 37, inciso X, da Constituição Federal).

Não adianta também os servidores acreditarem em políticos e deputados estaduais, pois o Governo Serra controla 68 das 94 cadeiras parlamentares, tem ampla maioria e nada que seja contrário à orientação do seu governo é aprovado. Haja vista o Plano de Cargos e Carreiras dos servidores do TJ, que não entrou em votação porque o Governo do Estado foi contra a sua aprovação.

Aliás, é preciso deixar claro que políticos de partidos como PSDB, PPS, DEM, PMDB, PTB e PP, sejam deputados ou vereadores, não possuem coerência nenhuma para se colocar em defesa do servidor, ou para pedir o voto do servidor nas próximas eleições, pois estes partidos são fiéis seguidores de Serra, são base dessa política que nos prejudica e quem sustenta essa política, seja na Assembleia, seja na sua cidade ou na sua comarca, está contra os interesses dos servidores públicos e contra os servidores do judiciário, como demonstraram ao aprovar o corte no orçamento do TJ e ao não colocar em votação o Plano de Cargos e Carreiras.

Opinião pública e participação na luta

Muitos servidores têm apontado a necessidade de denunciarmos à população a situação dos judiciários,

indicando os problemas do funcionamento da justiça em São Paulo e mostrando que a responsabilidade e a culpa são da direção do TJ.

Realmente isso é um dever da categoria e ao menos a Assojubs faz um grande esforço para que essas informações cheguem até a população. Temos atualmente uma Carta Aberta, elaborada em conjunto pelas entidades representativas, para ser distribuída à população.

Porém, é preciso fazer algumas considerações sobre essa questão. A primeira é que todo esforço necessário para que essa informação chegue até a população é facilmente deturpado por apenas cinco minutos de apresentação de algum dos nossos patrões, o governador, o presidente do Tribunal ou qualquer de seus assessores, nos grandes canais de comunicação.

A mídia no Brasil não é imparcial. Ela segue a orientação política e ajuda a construir a orientação ideológica dos grupos que controlam o poder e o Estado, logo ela transmite o que lhe interessa e quando lhe interessa. A mídia no Brasil não noticia o fato, ela dirige a opinião do público de acordo com a versão do fato conveniente com seus interesses. Foi assim que a maior emissora do país construiu a imagem de que todo servidor público e trabalhador de estatal é "marajá", pois interessava a ela eleger Collor de Mello, em 1989, e iniciar o processo de privatização do Estado, do qual foi uma das beneficiárias no setor de telecomunicações. Collor caiu, mas a pecha de "marajá" ficou, pois os servidores públicos tornaram-se o último bastião da organização coletiva e sindical com força significativa, tornaram-se um dos últimos obstáculos para as ambições do capitalismo selvagem.

Pagar uma inserção em horário de grande audiência na TV também não é fácil. Além do valor astronômico - cerca de R\$ 200 mil para uma inserção de 30 segundos -, algumas emissoras, como a Globo, avaliam se vendem ou não o espaço dependendo do conteúdo da informação. Pagar espaço em jornal é igualmente caro e com um agravante: a maior parte da opinião pública não lê jornal impresso e quando lê, compra os mais baratos, com notícias resumidas, muita fofoca e entretenimento.

Então, fica claro que, apesar de ser necessário buscar o apoio da população, a tarefa é gigantesca, não terá resultados imediatos e não pode ser condicionante para fazer ou dei-

zar de fazer a mobilização.

A segunda questão é que em alguns casos o servidor do judiciário reclama da falta de apoio da população, mas nem ele mesmo se dispõe a participar, ou seja, quer mobilizar a população na esperança que o povo lute por ele, só que ele mesmo não se dispõe a lutar. Isso é querer terceirizar a luta e as lutas da categoria não são "terceirizáveis". Primeiro, temos que fazer nossa parte e depois buscar o apoio da população com a consciên-

cia que este apoio pode não vir e nem por isso a luta deixa de ser legítima.

Luta e vitória

Portanto, apenas a força política, demonstrada através da capacidade de mobilização e atuação estratégica, realizada pelas ações, seja a "Operação Padrão", seja a greve, é que pode mudar esse triste cenário, levando a categoria à vitória, à conquista das reivindicações da Campanha Salarial. Essa é nossa realidade, e só nós

podemos mudá-la.

Participe! Compareça às assembleias locais, regionais e à Assembleia Estadual. Dê sua opinião, vote, seja a favor ou contra a greve, mas participe para que os rumos da luta dos judiciários possam ser decididos coletivamente e demonstrem a força da categoria.

Quem não participa perde o direito de opinar e reclamar depois das decisões que são tomadas pelos que estiveram presentes. Quem não participa

acaba assistindo o desenvolvimento dos acontecimentos. Segundo Frantz Fanon, um pensador do século XX, de origem francesa, que lutou muito pela libertação dos povos em vários locais e várias frentes: "Todo espectador é um covarde ou um traidor".

A categoria que conhecemos não é assim e em sua maioria deu exemplos históricos recentes da sua bravura, força e solidariedade.

Todos a São Paulo no dia 12 de agosto!

Salários dos judiciários desabam em comparação com o salário mínimo

A falta de negociação por parte do Tribunal de Justiça prolonga a Campanha Salarial 2009. E novas propostas, enfoques, estudos e cálculos continuam sendo feitos pela categoria encorajando a luta.

Os companheiros da Comissão de Prédio do Fórum João Mendes (SP) dão um bom exemplo de união e de ação. Eles elaboraram um levantamento comparando a evolução dos salários dos judiciários e a evolução do salário mínimo de junho de 1998 até maio de 2009.

E o resultado mostra como a evolução do salário mínimo é maior nesse período do que o crescimento salarial dos servidores. Claramente se percebe que, em média, entre as carreiras analisadas há uma queda de 40% na comparação com o salário mínimo.

É preciso lembrar que foi devido aos movimentos grevistas de 2001 e de 2004 que a massa salarial da cate-

goria cresceu cerca de 60%. Isso não quer dizer que os salários aumentaram em 60%, pois considera-se aumento salarial somente quando o salário cresce acima da inflação.

No caso dos judiciários, não se tem aumento há muito tempo, tanto que atualmente a defasagem é de 14,69%, calculada pelo Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio Econômica (Dieese) em convênio com a Assojubs. Ou seja, comparando os salários dos servidores com a inflação acumulada no período entre abril de 2002 e março de 2009, a remuneração da categoria fica abaixo da inflação em 14,69%, quer dizer, existe uma corrosão no salário, uma diminuição no poder de compra de 14,69% em relação ao poder de compra de abril de 2002.

O crescimento da massa salarial é o crescimento nominal dos valores que aparecem no contracheque,

sem comparar esses dados com a inflação. Na comparação nominal dos salários, nota-se o crescimento de cerca de 60%.

Isso significa que se não fossem as conquistas de 2001 e 2004, os servidores estariam numa situação de corrosão salarial muito próxima a 80%. Esse dado é muito importante para entender as conquistas obtidas, já que uma parte da categoria argumenta que os movimentos só trouxeram perdas, ocasionadas pelos descontos dos dias parados, o que não

é de forma alguma verdade. Ao contrário, as perdas se deram sobre dívidas e créditos que caminham para se tornar impagáveis e que não foram recebidas até hoje, mesmo por quem não fez greve.

O que foi conquistado é pago desde 2001, desde 2004 e certamente corresponde a valores recebidos muito maiores do que os créditos dessas dívidas, que sem a pressão da categoria deverão ser transformadas em precatórios ou permanecerão eternas e não serão pagas pelo TJ.

Salários iniciais dos magistrados triplicam em cinco anos

Em comparação com a evolução salarial dos magistrados a situação é ainda pior. Apenas entre 2004 e 2009 os salários iniciais da magistratura passaram de R\$ 5.800,00 para os atuais R\$ 18.000,00, um aumento de mais de 310%. Isso mesmo, 310% em cinco anos é o total de aumento dos salários iniciais dos juízes.

Sem contar as gratificações acima do teto estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Conselho Nacional de Justiça que os desembargadores de São Paulo desejam manter.

Comparação com a Justiça Federal

A comissão de prédio do Fórum João Mendes também elaborou uma comparação com os salários iniciais de carreiras similares da Justiça Federal.

Nesse cálculo, percebe-se que em início de carreira, o judiciário estadual, onde o volume de trabalho é maior e as condições de trabalho são piores, os valores recebidos são no mínimo 40% inferiores aos da Justiça Federal. Essa diferença se amplia ao longo da carreira, chegando quase a dobrar no final das carreiras em função do Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Justiça Federal.

SALÁRIOS INICIAIS DA CATEGORIA DOS JUDICIÁRIOS – TJ-SP

SALÁRIOS EM REAIS (R\$)

CARGO	JUNHO/1998	MARÇO/2002	SETEMBRO/2004	MAIO/2009
Auxiliar Judiciário I	645,77	990,77	1.129,48	1.390,11
Auxiliar Judiciário IV	827,11	1.209,23	1.378,53	1.390,11
Agente Fisc. Judiciária	1.033,53	1.511,02	1.722,56	2.120,04
Escrevente Téc. Judiciário	1.342,95	1.963,39	2.238,27	2.754,75
Oficial de Justiça	1.520,77	2.223,37	2.534,64	3.119,51

SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL

Valor do Salário Mínimo em	JUNHO/1998	MARÇO/2002	SET/2004	MAIO/2009
Reais (R\$)	R\$ 130,00	R\$ 200,00	R\$ 260,00	R\$ 465,00

NOSSOS SALÁRIOS EM NÚMERO DE SALÁRIOS MÍNIMOS

CARGO	JUNHO/1998	MARÇO/2002	SET./2004	MAIO/2009
Auxiliar Judiciário I	4,97	4,95	4,34	2,99
Auxiliar Judiciário IV	6,36	6,05	5,30	3,65
Agente Fisc. Judiciária	7,95	7,65	6,63	4,56
Escrevente Téc. Judiciário	10,33	9,82	8,61	5,92
Oficial de Justiça	11,70	11,12	9,75	6,71

NOSSOS SALÁRIOS COMPARADOS COM OS SALÁRIOS DOS FUNCIONÁRIOS DO JUDICIÁRIO FEDERAL

Salários INICIAIS em Reais (R\$)	Maio 09
Auxiliar judiciário I - TJSP	R\$ 1.390,11
Auxiliar judiciário - Justiça Federal	R\$ 1.988,11 (43% superior)
Escrevente Técnico Judiciário - TJSP	R\$ 2.754,75
Técnico Judiciário - Justiça Federal	R\$ 3.993,08 (45% superior)

CRONOGRAMA DA CAMPANHA SALARIAL

14/01

Reunião de entidades para detalhamento da Campanha Salarial – São Paulo

03/02

Lançamento da Campanha Salarial Unificada – todo Estado

14/02

Assembleia Regional – Santos

04/03

Manifestação às portas do Órgão Pleno do TJ

05/03

Dia de Luto - Santos

11/03

Manifestação às portas do Órgão Pleno do TJ

21/03

Assembleia Estadual – São Paulo

14/04

Reunião entre as entidades representativas dos servidores e o TJ (comissões Salarial, Orçamento e Finanças e Assuntos Legislativos)

29/04

Paralisações de uma hora – Santos e São Vicente

06/05

Paralisações de uma hora – Cubatão, Praia Grande e Fórum João Mendes (SP)

07/05

Paralisação de uma hora – Guarulhos

08/05

Resposta do TJ (via e-mail) sobre o andamento dos itens da pauta reivindicatória

13/05

Paralisações de uma hora – comarcas do Litoral (Santos, São Vicente e Praia Grande) e Capital (fóruns João Mendes e Execuções Fiscais)

14/05

Paralisações de uma hora – Cubatão e Bertioga

27/05

Paralisação de uma hora na Capital (participação de servidores dos fóruns Ely Lopes Meireles, Palácio da Justiça e João Mendes)

04/06

Assembleias locais nas comarcas da Baixada Santista, Litoral Sul, Litoral Norte, Grande São Paulo e Capital

16/06

Atos públicos na Baixada Santista

17/06

Ato Público na Praça João Mendes (SP)

23/06

Reunião entre as entidades representativas dos servidores, OAB-SP e TJ

A luta continua!

Estamos em agosto. E há exatos cinco meses o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo não paga a reposição salarial de seus servidores. A data-base da categoria está vencida desde 1º de março.

Desde o lançamento da Campanha Salarial Unificada, ocorrida em fevereiro, houve apenas um encontro entre servidores e TJ, no mês de abril. Na ocasião nada de substancial aos judiciários, pois a reunião, além de não contar com a presença do desembargador Antônio Roberto Vallim Bellochi, presidente do Órgão, não foi esclarecedora e muito menos objetiva: uma sucessão de respostas negativas e evasivas.

Devido à ausência de discussão e total indiferença do Tribunal, servidores das diversas comarcas do Estado seguem no

trabalho de intensificação das ações da Campanha Salarial, com as realizações de atos públicos, paralisações das atividades pelo período de uma hora e assembleias no intuito de pressionar o TJ para equacionar a questão o quanto antes.

A categoria está em um momento crucial. A indignação às atitudes ditatoriais por parte da cúpula do maior Tribunal do país é visível pelos corredores forenses. A paralisação torna-se uma possibilidade latente. A definição virá no dia 12 de agosto, data da Assembleia Geral Estadual, na Praça João Mendes, em São Paulo, cuja participação dos servidores é fundamental para deliberar sobre o próximo passo a ser dado: partir para a greve ou não.

Veja abaixo uma breve cronologia da Campanha Salarial Unificada 2009.

FEVEREIRO

03/02 - TJ promove a Abertura do Ano Judiciário; servidores lançam a Campanha Salarial Unificada



Lançamento da Campanha foi na Praça João Mendes (SP); simultaneamente foram realizados atos em comarcas pelo Estado

Em 03 de fevereiro, dia que o Tribunal de Justiça promoveu a Abertura do Ano Judiciário, o conjunto das entidades representativas dos servidores realizou um ato público, na Praça João Mendes, em São Paulo, para o lançamento da Campanha Salarial Unificada 2009. Simultaneamente, foram organizadas em diferentes comarcas do Estado – Santos foi uma delas – manifestações para divulgar a pré-pauta de reivindicacões da categoria.

O momento foi o pontapé inicial para a luta, que começou tímida, mas ganhou adesão e força, chamando atenção da população, de advogados e imprensa para o quadro de sucateamento em que atualmente se encontra o judiciário paulista, cuja demanda cresce e a morosidade permanece devido à falta de servidores e as precárias condições de trabalho nos ofícios.



A Assembleia Regional propiciou aos servidores o debate sobre a pauta reivindicatória e as ações a serem defendidas na luta



A ocasião contou com a participação de companheiros de comarcas como Osasco, Guarulhos e Mongaguá e dos fóruns da Barra Funda, Santana e Execuções Fiscais

14/02 - Discussão da pauta reivindicatória: Assojubs organiza Assembleia Regional

O dia 14 de fevereiro foi um marco da Assojubs pela Campanha Salarial Unificada 2009. A associação abriu as portas da sua sede, em Santos, para a realização de uma Assembleia Regional, que propiciou aos servidores um canal de discussão sobre os itens da

pauta de reivindicações e as ações a serem defendidas na luta contra a política implantada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.

Com a participação de representantes de outras entidades, comarcas (Guarulhos, Osasco, São Vicente e Mongaguá) e prédios (fóruns da

Barra Funda, Santana e Execuções Fiscais, todos da Capital), além dos companheiros de Santos, tanto ativos como os aposentados, a Assembleia Regional teve como foco o debate com a categoria, cujas opiniões serviram de contribuição para o fortalecimento da atuação pelo cum-

primento dos direitos dos servidores do judiciário paulista.

Na ocasião foram lidos, explicados, discutidos e votados os itens da pauta unificada. As deliberações foram encaminhadas para a Assembleia Geral Estadual, ocorrida em março, em São Paulo.

MARÇO

04/03 - Cai o discurso de transparência e diálogo democrático: Bellochi se nega a receber servidores



Demonstração de desrespeito e intimidação em uma tentativa dos representantes de cobrar da Presidência o agendamento de reunião

No dia 04 de março, ao tentar cobrar da Presidência do Tribunal de Justiça o agendamento de uma reunião com os representantes da categoria para discutir sobre as questões pendentes que envolvem a classe, demonstração de desrespeito e intimidação.

Em uma manifestação às portas do Órgão Especial, Plenário Ministro Nelson Hungria, os servidores foram impedidos pela Polícia Militar, sob a ordem da direção do TJ, de adentrarem ao local, o que causou muita revolta e indignação.

A mando ainda do TJ, a PM foi responsável por intermediar também um encontro entre membros da Casa e servidores, permitindo, pelo menos, a explanação dos judiciários acerca das reivindicações. Os designados por Roberto Antônio Vallim Bellochi para a "missão" foram o juiz assessor James Siano e o desembargador Fábio Gouveia, que receberam os dirigentes em um dos gabinetes do Palácio da Justiça.

De forma contundente, os representantes expressaram seu descontentamento em relação às atitudes do TJ, que sequer respondeu aos ofícios encaminhados pelo conjunto das entidades visando à realização de uma reunião entre as partes.

A reunião não resultou em nenhum acordo. O juiz assessor da Presidência chegou a alegar que "o salário não deve ser tão ruim, pois no último concurso pra oficial de justiça foram 150 mil inscritos". O comentário provocou nova revolta e os servidores pacientemente explicaram a importância da presença do presidente do TJ, o único que tem o poder de decisão sobre as questões que envolvem a categoria. Encerrando a série de disparates, Siano surpreendeu com a informação de "que nem Bellochi tem tal domínio", justificando a existência de 10 assessorias e das comissões de desembargadores. Nesta data somente foi oferecido a hipótese de uma reunião para 14 de abril, mas não com o chefe do Judiciário.

05/03

Dia do Luto: ato de repúdio pela reposição salarial

Os servidores de Santos realizaram um ato de repúdio aos desmandos patronais em 05 de março. Os judiciários compareceram aos seus locais de trabalho trajados com peças de roupa pretas simbolizando o luto pela “morte da esperança” em que o Tribunal de Justiça cumpra a lei e pague a reposição salarial devida desde 2002.

O Dia do Luto foi uma amostra da indignação da categoria com a recusa do presidente do TJ, desembargador Roberto Vallim Bellochi, em receber as entidades representativas para discutir os itens referentes à pauta reivindicatória.



Servidores de Santos compareceram aos seus locais de trabalho trajados de preto simbolizando o luto pela “morte da esperança” em que o TJ cumpra a lei

11/03 - Pressão, tumulto e gritos de ordem: servidores ocupam corredor do Órgão Pleno

Por conta da intransigência do Tribunal, na quarta-feira posterior, 11 de março, os servidores, em um número expressivo, voltaram ao Palácio da Justiça para uma nova manifestação e ocuparam o corredor do 5º andar, onde se localiza o Órgão Pleno.

Pressão e tumulto seguidos de gritos de ordem. Um barulho ensurdecedor. Já preparada para outra ação da categoria, a Polícia Militar

isolou com um cordão humano a entrada do Plenário Ministro Nelson Hungria, evitando que os judiciários se acomodassem nos assentos.

E devido à intensa, e incômoda, movimentação, o desembargador Antônio Carlos Malheiros se dirigiu aos servidores com a “boa” notícia – não concretizada até o momento: “O presidente está pensando na possibilidade de receber as entidades”.

Mas a informação só veio após alguns encontros do TJ de tentar dividir a categoria, que em princípio, através de juizes assessores, aventou uma reunião com a participação de apenas cinco representantes de entidades, negado de imediato. Somente com a recusa da proposta pelos servidores e o coro puxado pelas lideranças, que tirou a tranquilidade habitual do local, é que o comunicado de Malheiros emergiu.



Manifestação dos servidores no Palácio da Justiça ocupou o corredor onde se localiza o Órgão Pleno



A Polícia Militar isolou a entrada do Plenário Ministro Nelson Hungria, evitando a entrada dos judiciários



Devido à movimentação, o desembargador Malheiros informou aos servidores a possibilidade do presidente se reunir com a categoria, fato não concretizado até o momento

Em grande número, servidores da Baixada Santista, bem como companheiros da Capital e Interior, estiveram presente à Assembleia Geral Estadual, em 21 de março, em São Paulo, cujo propósito era aprovar a pauta de reivindicações e definir estratégias e ações a serem organizadas pela Campanha Salarial Unificada 2009.

Coordenada pelo conjunto das entidades representativas dos servidores, foram deliberados por votação os seguintes itens da pauta reivindicatória:

1 - Reposição salarial de 14,69% (INPC - diante da inflação no período entre abril de 2002 e março de 2009);

2 - Imediata aprovação e implantação do Plano de Cargos e Carreiras (PCC);

3 - Contratação de novos servidores;

4 - Ampliação de vagas no programa creche-escola;

5 - Aumento dos auxílios (alimentação, saúde e transporte);

6 - Cumprimento imediato do Acórdão 21360/SP, decisão da Corte Superior, e extensivo a todos os servidores;

7 - Implementação do nível universitário para os oficiais de justiça e escreventes. Discussão do provimento 1611/2008 CSM;

8 - Pagamento das verbas indenizatórias (FAM, licença-prêmio, férias);

9 - Melhores condições de trabalho.

Sobre as ações e estratégias para a Campanha Salarial, foram aprovadas: ato público em 14/04 (data da reunião entre os servidores e o Tribunal de Justiça) e Operação Padrão; uso de botons, adesivos e coletes; matéria paga em mídia de grande veiculação; reunião com a OAB; manifestação nas comarcas em que o presidente estiver; realização de Assembleia Geral após o dia 14 de abril durante um dia da semana para decidir a seqüência do movimento.

21/03 - Assembleia Geral Estadual: definidas ações e estratégias



Servidores da Baixada Santista estiveram presente à Assembleia Estadual, realizada em São Paulo



Alem da Baixada, companheiros da Capital e Interior também participaram



O propósito da Assembleia foi aprovar a pauta reivindicatória e definir estratégias e ações a serem organizadas pela Campanha Salarial



ABRIL

14/04 - TJ não apresenta índice; desculpa é a crise econômica

Em uma reunião que contou com a participação de juizes assessores e desembargadores das comissões Salarial, de Orçamento e Finanças e Assuntos Legislativos, num total de 11 integrantes, representantes da categoria e servidores em geral, o Tribunal de Justiça nada apresentou aos judiciários. Uma sessão de negativas e evasivas, sem índice de reposição salarial e nem a discussão dos demais itens da pauta de reivindicações.

O encontro se deu no prédio dos gabinetes dos desembargadores, sito à Rua Conde de Sarzedas, na Capital, em 14 de abril. Nesta data, os servidores contabilizavam mais de um mês da data-base vencida e a expectativa era de que as negociações avançassem, o que não aconteceu.

Os argumentos foram os mesmos, com apenas um diferencial: a desculpa da crise econômica mundial. Além da falta de verbas e o corte orçamentário do Poder Executivo, a magistratura fez uso da temida crise para “tentar” explicar o descumprimento de seus débitos e a falta de negociação com a categoria. Sem declarações relevantes, os judiciários se retiraram.

E como definido na Assembleia Geral Estadual da categoria, no dia 21 de março, antes da reunião houve uma manifestação na Praça João Mendes.



Com 11 representantes, TJ não apresentou índice e usou como desculpa a crise econômica



Antes da reunião houve manifestação na Praça João Mendes

29/04 - Uma hora de paralisação: grandes manifestações em Santos e São Vicente

Em uma expressiva demonstração de unidade, força e participação, no dia 29 de abril, servidores de Santos e São Vicente realizaram uma hora de paralisação das atividades forenses no período entre 14 e 15 horas.

Os atos foram marcados pelo protesto contra a política de arrocho salarial que vem sendo imposta pelo Tribunal de Justiça do Estado de São

Paulo à categoria. Na Comarca de Santos, os companheiros ganharam o apoio do Sintrajud (Sindicato dos Trabalhadores da Justiça Federal), Sindserv (Sindicato dos Servidores Municipais de Santos) e Sindpol (Sindicatos dos Policiais Cíveis de Santos), que se solidarizam com a luta dos judiciários.

Ao microfone, os servidores apon-

taram indicativos para a continuidade da luta. Em Santos, de forma democrática, fizeram uso da palavra, além de Hugo Coviello, presidente da Assojubs, Paulo Rogério Pompeu, vice-presidente da Assojubs, Mário Sérgio Soares, oficial de justiça, William Lauer e José Carlos de Almeida, escreventes. Foram apontadas as propostas de um dia de paralisação e intensificação da chama-

da Operação Padrão, em contrapartida ao descaso do TJ com a mesa de negociação.

Em São Vicente, sob a coordenação de Eduardo Requejo, diretor de atividades sociais, culturais e educacionais da Assojubs, a manifestação contou com a presença do presidente da seção da OAB local, Daniel Oliveira, que apoiou as reivindicações dos judiciários.



Santos e São Vicente, em uma expressiva demonstração de força e participação, paralisaram as atividades pelo período de uma hora

Os atos foram marcados pelo protesto contra a política de arrocho salarial imposta pelo TJ



MAIO

06/05 - Uma hora de paralisação: servidores de Cubatão, Praia Grande e da Capital aderem à mobilização

Após as mobilizações de Santos e São Vicente, o crescimento do movimento foi visível. Em continuidade à Campanha Salarial, servidores das Comarcas de Cubatão e Praia Grande e os companheiros da Capital, fórum João Mendes, aderiram à luta e também paralisaram as atividades pelo período de uma hora no dia 06 de maio.

Em São Paulo, com o apoio da Assojubs, os servidores organizaram-se em torno da discussão do aumento da participação da categoria na reivindicação por seus direitos. Na comarca de Cubatão, de forma autônoma, os companheiros também demonstraram sua indignação perante o descaso do Tribunal de Justiça com a categoria.



Em continuidade à Campanha, servidores de Cubatão, de forma autônoma, também demonstraram sua indignação perante o descaso do TJ com a categoria

07/05 - Uma hora de paralisação: fortalecendo o movimento, Guarulhos também cessa atividades

Guarulhos foi mais uma comarca que paralisou por uma hora as atividades em protesto à recusa do Tribunal de Justiça em negociar com a categoria. Em 07 de maio, das 15 às 16 horas, os servidores reuniram-se à entrada do fórum para reivindicar o cumprimento da data-base – que no período já

completava dois meses vencida – e o pagamento da defasagem salarial de 14,69%, além dos demais itens relacionados na pauta.

O ato foi organizado por uma comissão de funcionários da comarca e contou com o apoio da Assojubs, representada por seu presidente, Hugo Coviello, e pelo delegado regio-

nal em São Paulo, Luiz Milito.

Na liderança desta comissão, Inaldo Martins, que falou aos companheiros visando conscientizá-los para a importância da mobilização: “Essa luta não é apenas nossa, dos servidores, é também pelas condições de vida dos nossos familiares. E precisamos entender isso para

avançar e vencer”.

Revoltados e insatisfeitos com a postura do TJ, os servidores propuseram duas ações, acatadas pela maioria: um dia de paralisação e a elaboração de uma Carta Aberta alertando advogados e população sobre os problemas vivenciados no cotidiano pelos judiciários.



A paralisação em Guarulhos foi organizada por uma comissão de funcionários, liderada por Inaldo Martins, e teve o apoio da Assojubs, representada na manifestação por Hugo Coviello, presidente, e Luiz Milito, delegado regional/SP

08/05 - Via e-mail, TJ responde sobre a pauta reivindicatória; negociações em nada avançam

No dia 08 de maio a Assojubs – bem como as demais entidades representativas dos servidores – recebeu, através de e-mail encaminhado pelo Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo, respostas

sobre o andamento dos itens que elencam a pauta de reivindicações da categoria.

Com informações ponto a ponto, em nada as respostas relatavam avanços acerca das negociações, pois os

argumentos utilizados foram aqueles tão conhecidos dos judiciários: “não há verba para tal fim devido ao corte orçamentário” ou “este item depende da suplementação pleiteada junto ao Governo do Estado”.

Os dados serviram para reforçar perante a categoria a linha de conduta da gestão Vallim Bellochi à frente do TJ-SP: a de arrocho salarial, nos mesmos moldes da política adotada pelo governador José Serra.

13/05 - Servidores unidos: novos protestos na Baixada Santista e Capital



Paralisação de uma hora na Praia Grande



Luiz Milito com os companheiros do Fórum das Execuções Fiscais (SP)

A Baixada Santista, através de companheiros das comarcas de Santos, São Vicente e Praia Grande, e a Capital, com servidores dos prédios João Mendes e Execuções Fiscais, em contrapartida à desatenção do Tribunal de Justiça para com seu quadro funcional organizaram novas manifestações públicas, com paralisações de uma

hora, em 13 de maio.

O propósito dos atos públicos em frente aos fóruns, além de chamar atenção para a atual situação do Judiciário, é disseminar entre a própria categoria o quão válida é a luta e que esse é o caminho para as conquistas.

Fazendo uso de equipamento de som, inúmeros colegas não se contiveram e manifestaram sua indignação:



Mário Ricardo, de São Vicente, em relato à imprensa sobre os problemas enfrentados pelos judiciários



Em Santos, colegas não se contiveram e manifestaram indignação

ção: “O servidor do judiciário serve à população e não aos mandatários do Tribunal”, lembrou o oficial de justiça Sérgio Crochemore, reforçando que somente com a participação efetiva é que a categoria poderá reverter essa condição de subordinação que o TJ impõe.

Os atos tiveram o apoio da Assojubs, com a presença de membros

da Diretoria ou delegados regionais. Tanto na Baixada quanto na Capital os servidores foram favoráveis à proposta de paralisação por um dia com a realização de uma Assembleia Geral. A intenção seria unir os judiciários às demais áreas do funcionalismo estadual em um protesto no dia 29 de maio, na Praça da Sé, em São Paulo.

14/05 - Movimento intensificado: atos em Cubatão e Bertioga



Discursos emocionados deram o tom da mobilização em Cubatão

Em 14 de maio também teve ato público da Campanha Salarial dos Servidores do Judiciário. Bertioga, com adesão de 100% dos servidores, paralisou as atividades por uma hora, bem como os companheiros de Cubatão, anteriormente já engajados no movimento.

Mais uma vez a indignação foi latente. Em Cubatão, fizeram uso da palavra os servidores Adelson Aquino, Rita de Cássia Ribeiro de Moura e Sílvio Cesar Sara-

bando, que com discursos emocionados arrancaram aplausos dos colegas.

Oficial de justiça da Comarca, Sarabando, que não fez parte do movimento em 2004, em sua fala explicou aos demais servidores que devido às dificuldades enfrentadas no cotidiano profissional é chegada a hora de adotar uma nova posição: “Por não ter aderido à última greve fui chamado de pelego. Mas hoje estamos passando por um momento crítico, não



Comarca de Bertioga aderiu totalmente ao movimento

há como não me manifestar. Temos realmente que fazer algo em benefício da categoria”.

Em situação semelhante, os companheiros de Bertioga igualmente padecem no cumprimento de seus deveres, pois a demanda de serviço é intensa e falta contingente funcional. E apesar da criação de uma nova Vara no 1º semestre, em nada tal fato foi positivo para os servidores dado que o número de funcionários perma-

nece o mesmo.

À data os judiciários da Comarca aprovaram o indicativo de um dia de paralisação – juntamente com as demais áreas do funcionalismo estadual – com a realização de Assembleia Geral para 29 de maio. Propuseram ainda que se mantivesse na porta do fórum, no dia da paralisação, uma comissão de servidores a fim de prestar esclarecimentos à população sobre os motivos do ato.

27/05 - Capital: servidores se reúnem na Praça João Mendes

Servidores da região central de São Paulo – fóruns João Mendes, Ely Lopes Meireles e Execuções Fiscais – estiveram reunidos, em 27 de maio, na Praça João Mendes, na Capital, promovendo a sequência das paralisações por uma hora das atividades forenses no Estado.

Com o apoio da Assojubs, que se fez presente através de Hugo Coviello, presidente, Luiz Milito e Gilberto de Oliveira Rodrigues, ambos delegados em São Paulo, a pauta dessa discussão abrangeu propostas sobre como atuar acerca do impasse nas negociações com o Tribunal de Justiça. Nesse momento o vencimento da data-base beirava 90 dias.

Durante as manifestações na praça, servidores citaram a denúncia veiculada no Jornal Folha de S. Paulo (edição do mesmo dia 27/05) sobre o pagamento do auxílio voto para juizes de 1ª Instância que atuam em julgamentos da 2ª Instância no Tribunal de Justiça do Estado e a suspensão

do mesmo, deferida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O texto fala em quantias de até R\$ 3.494,31 mensais, ou R\$ 41,9 mil por ano. Enquanto a magistratura usufrui dessa remuneração, servidores realizam serviços não especificados em suas funções e nada mais recebem pelo esforço “extra”. Nem a reposição aos funcionários é paga.

“A classe dos trabalhadores está à mercê da magistratura. Somos nós que seguramos e fazemos o Tribunal andar, mas quando se trata dos nossos direitos somos desrespeitados e relegados”, discursou Luiz Milito.

Entre as explanações dos presentes, foi apontada por Gilberto Santana uma questão relevante e que deve fazer os companheiros refletirem sobre a participação mais efetiva no movimento: “Por conta da nossa mobilização em 2001 e em 2004 nossos salários tiveram um aumento nominal de 50%. Por isso, sigo insistindo que devemos continuar na luta!”



Em continuidade à sequência de paralisações, Judiciários dos fóruns João Mendes, Ely Lopes Meireles e Execuções Fiscais, promoveram um protesto na região central de São Paulo

JUNHO

04/06 - Assembleias locais deliberam rumos da Campanha

O dia 04 de junho – cujo vencimento da data-base completará três meses – foi de assembleias locais por todo Estado. Sob a coordenação da Assojubs, servidores da Baixada Santista, Litoral Sul, comarcas do Litoral Norte, Guarulhos e alguns fóruns da Capital – prédios das Execuções Fiscais e Santana – estiveram reunidos para deliberar sobre a ratificação da pauta de reivindicações e possíveis paralisações nos dias 16 e 17 do mesmo mês.

Em todas as comarcas foi unânime a ratificação da pauta reivindicatória. Em referência à proposta de paralisação, 54% dos participantes aprovaram a ação. A contagem também registrou a reprovação por parte de 30% dos servidores presentes e 16% de abstenções.

O resultado motivou o conjunto das entidades a adiar a paralisação. Os servidores foram chamados para novos atos públicos a fim de intensificar a mobilização da categoria.



Nas comarcas em que a Assojubs esteve presente, como Peruíbe, foi unânime a ratificação da pauta reivindicatória; servidores também deliberaram sobre as paralisações



Itanhaém participou da votação proposta pelas assembleias locais

16/06 - Atos públicos pelo Estado: Na Baixada, manifestações em Santos, São Vicente, Praia Grande e Cubatão



“Devemos perder a ingenuidade de que é cada um por si, pois sozinho não chegaremos a lugar algum”, ressaltou Mário Ricardo durante o protesto em São Vicente

Em diversas comarcas do Estado foram realizadas atos públicos no dia 16 de junho. E na Baixada Santista não foi diferente. Seguindo o cronograma organizado pelo conjunto de entidades representativas dos servidores, a Assojubs coordenou manifestações em Santos, São Vicente, Praia Grande e Cubatão. Em Mongaguá, com o apoio da colega Maria de Fátima, delegada regional da associação, também houve mobilização dos judiciários.

Os atos tiveram um tom de conscientização em que os oradores fizeram reflexões acerca da unidade na luta e do empenho de cada um para o fortalecimento do movimento. “Devemos perder a ingenuidade de que é cada um por si, pois sozinho não chegaremos a lugar algum. Devemos contagiar o colega, lotar as calçadas e falar para a sociedade a problemática envolvendo o judiciário”, ressaltou o oficial de justiça Mário Ricardo, durante sua fala no protesto em São Vicente.

“Temos que agir como cida-

vão para uma sociedade melhor. Antes, a demanda processual era resolvida em sete meses, hoje essa espera dobrou, gerando ainda mais insatisfação da população no que diz respeito aos serviços públicos. Neste momento, chegamos a um impasse: ou o companheiro adere e prestigia o trabalho das entidades, ou muda de atividade”, finalizou o oficial de justiça.

Em São Vicente a manifestação contou com a participação de Adilson Rodrigues, representante do Sintrajud (Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal), que, atendendo a um chamado da Assojubs, trouxe informações relevantes sobre a política salarial do Judiciário Federal, seu plano de carreira e a forma encontrada pelos seus servidores para que suas reivindicações fossem atendidas. Apoio também por parte do Sindicato dos Metalúrgicos da Baixada Santista e da Intersindical que cederam o potente carro de som durante os atos em Santos e São Vicente.

17/06 - Mobilização na Praça João Mendes: “Bellocchi, preste atenção! Se não pagar, é paralisação!”



Servidores da Baixada Santista estiveram presentes à manifestação na Praça João Mendes

A tarde do dia 17 de junho reuniu em São Paulo servidores da Baixada Santista e Litoral Sul – Santos, São Vicente, Praia Grande, Cubatão e Mongaguá –, Guarulhos, da Capital – fóruns João Mendes, Palácio da Justiça, Ely Lopes Meireles, Execuções Fiscais, Jabaquara, Santana, Barra Funda, Itaquera, Departamento Pessoal/Consolação, Pinheiros – e do Interior em mais um ato público da Campanha Salarial Unificada.

O protesto teve início pouco depois das 14 horas na Praça João Mendes, mas não ocorreu da forma como planejada pelo conjunto das entidades representativas da categoria. O motivo: a Polícia Militar e a Companhia de Engenharia e Tráfego (CET) se apresentaram ao local para proibir o uso

do ônibus de som durante o ato. Os dirigentes rebateram a ação, pois todas as medidas foram tomadas – em mãos portavam o documento com a devida autorização – para que a manifestação fosse realizada dentro dos preceitos legais. A CET, porém, não liberou a utilização do ônibus de som.

Impedidos de usar o carro de som, os servidores adaptaram uma caixa de som com amplificador para a realização do ato. Desta forma, as entidades e suas lideranças por prédios e comarcas puderam fazer uso da palavra e expressar a indignação contra as atitudes ditatoriais do Tribunal de Justiça.

De um lado o microfone, com as lideranças, do outro o sons de apitos, vaias e gritos de ordem, pelos servidores. Os protestos ecoaram signifi-

cativamente, concentrando um bom número de participantes na praça.

“A presença de vocês hoje aqui é uma demonstração de que a categoria deve permanecer engajada no movimento. Devemos continuar lutando contra esse jogo de empurra que o Governo e o TJ fazem para evitar assumir a responsabilidade da situação. Para isso, temos que fortalecer a unidade em cada prédio e comarca, criando comissões de trabalhadores por local de trabalho”, defendeu Luiz Milito, delegado regional da Assojubs.

“O piso salarial da magistratura era de R\$ 5.800,00 em 2004. Hoje, esse valor chega a R\$ 18 mil. Enquanto isso, a remuneração dos servidores sequer dobrou. Apenas esse dado já é

suficiente para nos mostrar que devemos lutar!”, exclamou o presidente da Assojubs, Hugo Coviello.

A Assojubs chamou o coro, grito de guerra surgido nas assembleias do Fórum de Santos: “Bellocchi, preste atenção! Se não pagar, é paralisação”. A praça ecoou forte a advertência da categoria.

Após as explanações dos representantes, o indicativo de um dia de paralisação com a realização de Assembleia Geral na Praça João Mendes para o dia 12 de agosto foi colocado em votação e aprovado pela esmagadora maioria dos presentes. Apenas um representante do interior foi contrário. A ocasião terá o intuito de deliberar sobre os rumos do movimento: greve ou não.



Judiciários fizeram uso de apitos para chamar atenção às reivindicações de categoria e o descaso do TJ



A Assojubs puxou o grito de ordem surgido nas assembleias locais e a advertência da categoria ecoou forte no local

23/06 - Reunião com OAB-SP e TJ: D'Urso faz “coro ao pleito” dos servidores, mas afirma que é contra a greve

Encontrar um caminho para resolver o “pleito que é de direito” dos servidores do judiciário. Essa foi a justificativa de Luiz Flávio Borges D'Urso, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo para a reunião ocorrida em 23 de junho, na Capital, entre a cúpula do Tribunal de Justiça, representantes da categoria e o próprio presidente da OAB.

A reunião, na sede da OAB-SP, em termos de negociação não apresentou nada de diferente. Representado pelos desembargadores Antônio Carlos Malheiros, presidente da Comissão Salarial, e William Roberto Campos, da Comissão Para Assuntos Legislativos, e por James Siano, juiz assessor da Presidência, o TJ insistiu na alegação de falta de verbas e ressaltou que a intransigência vem do Governo do Estado, comandado por José Serra (PSDB), com o apoio da base aliada – PSDB, PTB, DEM, PMDB, PDT, PSB, PV e PPS - e não do Tribunal de Justiça, que, segundo seus membros tem “interesse” em resolver as reivindicações da categoria.

Para a OAB as reivindicações são justas, mas a Casa não “admite a possibilidade da paralisação”. Prevendo um possível movimento grevista, D'Urso se comprometeu a conversar com Roberto Antônio Vallim Bellochi. “Vamos, inicialmente, por este caminho e ver como ele reage”, ressaltou.

Sobre o Plano de Cargos e Carreiras dos servidores do TJ, em tramitação desde 2005 na Assembleia Legislativa de São Paulo, William Campos informou que o projeto seria aprovado naquela semana da reunião. Mas a denominada “boa notícia” dada pelo desembargador não foi além de dados errôneos, pois Maricler Real, da AASPTJ-SP, ao saber do fato seguiu para a Assembleia no intuito de se inteirar sobre o assunto. Mas chegando à Casa do Legislativo veio a frustração: nada de novo a respeito.

William Campos, além de se perder na informação sobre a aprovação do PCC, foi autor da “pérola” do encontro. Questionado acerca da contratação de novos funcionários e da substituição de servidores por estagiários, uma constante dentro do TJ, respondeu, já demonstrando irritação: “É a moda nacional contratar estagiários!”.

É a moda neoliberal do estágio, da terceirização, da precarização do trabalho, da privatização (principalmente no governo tucano). E para não ficar de fora das “tendências”, o TJ adere...

Para amenizar os ânimos exaltados dos representantes dos servidores, a cada cobrança, os desembargadores soltavam informações relevantes. Duas dessas falas deram conta da contratação de escreventes (no 2º semestre) e oficiais de justiça.

A Assojubs esteve representada por seu presidente, Hugo Coviello, por Maria Kill Damy Castro, secretária geral, Luiz Milito e Gilberto Oliveira (Fórum Santana), ambos delegados.

A reunião entre servidores, OAB-SP e TJ encerrou as ações da Campanha Salarial no 1º semestre. O trabalho agora se volta para a Assembleia Geral Estadual, a ser realizada em 12 de agosto na Praça João Mendes, em São Paulo. Antes assembleias locais ou regionais, até o dia 5 de agosto, deverão deliberar sobre as posições a serem defendidas no dia 12.

Assim, a categoria está convocada a participar do mais importante ação da Campanha Salarial 2009, visando definir a greve ou não dos judiciários.



TJ, OAB-SP e representantes dos servidores reunidos



A Assojubs esteve presente com Gilberto de Oliveira (foto), Hugo Coviello, Maria Kill Damy e Luiz Milito



O encontro foi na sede da OAB-SP

ARTIGO

A redução da jornada de trabalho

Por
Gilberto de Oliveira Rodrigues

Em algumas assembleias realizadas no Estado de São Paulo, os judiciários começaram a discutir a redução da jornada de trabalho sem diminuição do pagamento, como uma espécie de contraprestação do Tribunal de Justiça, em virtude deste alegar que não pode cumprir (além de diversos outros direitos) com o disposto constitucional da revisão anual dos salários. Ou seja, já que o TJ-SP não arca com seus deveres, reduzir-se-ia o expediente funcional de seus servidores sem mexer em seus vencimentos.

É uma discussão justa. Apesar de pouco lembrada nos debates sindicais, é muito mais profunda e não deve ser vista como punição ao patrão e, sim, como uma meta a ser alcançada por todos os trabalhadores e concedida por todos os empregadores.

A redução da jornada de trabalho é um “direito básico da vida”, pois busca-se com ela uma qualidade de vida melhor ao ser humano para que este possa cuidar mais de si mesmo e de sua família, tanto na área da saúde como na de educação e lazer, entre outras, o que com certeza irá provocar um melhor rendimento e aproveitamento profissional.

Melhores condições de trabalho não



podem ser vistas como “despesas”, mas como um “investimento”. Infelizmente, prevalece a mentalidade que o cidadão brasileiro não trabalha, especialmente o servidor público. Na verdade é o contrário, como se pode observar na tabela comparativa abaixo.

A jornada no Brasil, até recentemente, era de 44 horas semanais, portanto, bem maior que na maioria dos países descritos (vide quadro). Quanto aos funcionários públicos, a realidade é que além da falta de reposição salarial, o

direito ao gozo de férias e à licença prêmio é dificultado e praticamente inexistente pagamento das horas extras realizadas pelo Estado. Portanto, a redução da jornada de trabalho é essencial para todo o trabalhador brasileiro, em especial para o tão mal tratado trabalhador do judiciário paulista.

*Gilberto de Oliveira Rodrigues,
oficial de justiça do Fórum de
Santana/SP e delegado regional
da Assojubs na Capital*

Jornada semanal de trabalho em alguns países

PAÍS	1979	1983	1989	1992	1994	1998
Austrália (a)	35,5	34,6	33,1	33,0	33,2	---
Alemanha (b)	41,9	40,5	40,1	39,0	38,3	---
Canadá (b)	---	32,4	31,7	30,5	30,6 (c)	---
Chile (a)	---	42,4	44,3	44,7	45,3	43,9
Coréia (a)	50,5	52,5	49,2	47,5	---	---
Espanha (a)	41,9	39,1	37,4	36,8	36,8	36,7
EUA (b)	35,7	35,0	34,6	34,4	34,7	34,6
França (a)	41,2	39,3	39,1	39,0	38,9	---
Israel (a)	36,6	35,3	36,1	36,7	37,4	---
Japão (a)	47,3	47,4	46,9	44,4	43,5	42,5
Noruega (a)	36,4	35,6	35,7	34,9	35,0	---
R. Unido (b) (d)	---	42,4	40,7	40,0	40,1	40,2
Suécia (a)	35,7	35,7	37,5	37,2	36,4	---

Fonte: OIT, Anuario de Estadísticas del Trabajo, 1986 e 1995 e 1999(*) In: Ferreira da Silva et al. 1998

Notas: (a) horas trabalhadas; (b) horas remuneradas; (c) em 1993; (d) exceto Irlanda do Norte.

ARTIGO

O descaso do TJ-SP com os servidores

Por Mário Sérgio Soares

Que a direção do Tribunal de Justiça de São Paulo por vezes toma atitudes que geram repúdio dos servidores e da população em geral não é nenhuma novidade. Porém, a atual administração da Corte Paulista tem se esmerado em produzir fatos dessa natureza.

Seja pelo pagamento dos vários e descabidos “auxílios” aos juizes, como se fossem esses os únicos a conduzirem o trabalho na justiça, seja pela adoção de medidas esdrúxulas, como o pagamento do “auxílio voto”, os dirigentes do Judiciário Paulista não se cansam de dar exemplos de desrespeito aos princípios básicos que orientam a administração pública.

O caso do auxílio voto é sintomático: juizes de 1ª instância preparam os votos que deveriam ser elaborados pelos desembargadores e por esse “extra” recebem valores que são depositados diretamente em conta corrente, o que os livra de incidência do Imposto de Renda retido na fonte e dos descontos previdenciários. Com esse gordo auxílio, alguns juizes chegam a receber valores que ultrapassam o teto de vencimentos estabelecido pela legislação vigente, o que provocou, inclusive, a abertura de investigação por parte do Conselho Nacional de Justiça.

É sempre assim! Quando se trata de distribuir benesses para juizes e desembargadores, os cofres se abrem facilmente. Agora, quando se trata de repor as perdas salariais dos trabalhadores da justiça e discutir medidas que melhorem a prestação desse serviço à população, as portas se fecham e as bocas se calam.

A situação do Judiciário Paulista é um triste exemplo para o país! Como parte de uma política de estado que deliberadamente sucateia o serviço público, deve ser denunciada e combatida.

Ao lutar pelo cumprimento de sua pauta de reivindicações, os judiciários do Estado enfrentam essa política e colocam a alternativa de uma justiça eficiente, que começa pela valorização daqueles que a fazem funcionar.

*Mário Sérgio Soares, oficial
de justiça da 11ª Vara Cível da
Comarca de Santos e integrante
do Núcleo de Oficiais de Justiça
da Assojubs*

Desvio de função é reconhecido por súmula do STJ

Publicada no dia 05 de maio, a nova súmula 378, de relatoria do ministro Arnaldo Esteves Lima, claramente dispõe que: “Reconhecido o desvio de função, o servidor faz jus às diferenças salariais decorrentes.”

É de conhecimento geral que o ingresso ou ascensão do funcionário público a cargos somente pode ocorrer mediante concurso público, nos termos do inciso II do artigo 37 da Carta Magna. Aprovado para um cargo público, o recém nomeado servidor passa a desenvolver as funções que lhe são atribuídas por lei. E apenas a estas está obrigado a desempenhar.

Sendo assim, há de se diferenciar “cargo público” de “função pública”. A função pública se refere ao objeto da execução dos serviços, sua natureza e limites. Já o cargo público diz respeito à posição do prestador de serviços no quadro funcional da Administração Pública.

Portanto, entende-se por desvio funcional a majoração da prestação de serviço do trabalhador (público ou privado), o qual se vê obrigado a suportar serviços além dos contratados.

Na área privada é vedado o desvio de funções através do disposto no artigo 461 da CLT. De âmbito geral, tal proibição advém da Constituição Federal, pois os incisos XXX a XXXII do artigo 7º consagram a igualdade entre trabalhadores, bem como a equidade entre a prestação de serviços e sua remuneração, até mesmo na Administração Pública Direta ou Indireta.

Admitir-se possível o desvio funcional sem o acréscimo de diferenças entre as funções (original e desviada), acarretaria em aceitar o enriquecimento ilegal do contratante, seja no Direito Privado ou da Administração, do Direito Público, que se aproveita de serviço de maior custo pagando remuneração inferior.

Conforme observado pelo juiz de Direito Ronaldo Frigini, da 1ª Vara da Fazenda Pública do Estado de São Paulo, em sentença proferida nos autos do processo 583.53.2007.131751-9: “É pública e notória a deficiência do quadro de funcionários do Tribunal de Justiça, especialmente escreventes, fazendo com que outros servidores – mormente os auxiliares judiciários – passem a desempenhar funções para as quais não foram nomeados. Ora, se tal ocorre, por clara razão deve o Estado remunerar condignamente, tal como faz com a outra carreira. No caso dos autos, o pedido é bem razoável pois exige a remuneração da gratificação por digitação. Conceber que o Estado, por sua deficiência, se sirva de trabalho de pessoa não destinada ao serviço e depois, quando reclamada a paga, oferta defesa no sentido de ser ilegal o exercício da função desviada é sintoma da prática de verdadeiro este-

lionato oficial.”

Atente-se que, nesse sentido, a Súmula 223, do extinto Tribunal Federal de Recursos já retratava tal entendimento com absoluta clareza: “O empregado, durante o desvio funcional, tem direito à diferença salarial, ainda que o empregador possua quadro de pessoal organizado em carreira”.

A matéria não é nova e tem sido amíúde conhecida, normalmente é bem recebida pelo Tribunal de Justiça paulista:

FUNCIONÁRIO PÚBLICO - Desvio de função - Indenização no equivalente à diferença de vencimentos entre cargo ocupado e aquele referente a serviços prestados - Possibilidade - Não se trata de pedido de equiparação salarial, mas sim indenizatório, em face de ilícito administrativo, o qual produz enriquecimento sem causa por parte da Administração - Não cabimento da Súmula 339 do STF - Respeito à prescrição quinquenal. Recurso improvido (TJSP, 6ª Câmara. Dir. Púb., Ap. 408.859.5/2-00, j. 12.11.2007, v.u., rel. Des. Carlos Eduardo Pachy).

REEXAME NECESSÁRIO - Alçada - Não conhecimento. Desvio de função - Servidora pública municipal que prestou concurso público para Assistente de Administração I I, mas exercia de fato o ofício de Secretária de Gabinete - O pagamento dos salários deve ser condizente com as funções realmente exercidas - Se a servidora, por ordem da Administração, passou a exercer função diversa daquela para a qual foi contratada, tem-se que os serviços prestados devem ser remunerados de acordo com a função realmente exercida, sob pena de enriquecimento ilícito da Administração Pública - Ação julgada procedente - Sentença mantida - Recurso improvido (TJSP, 6ª Câmara. Dir. Púb., Ap. 513.022.5/4-00, j. 26.11.2007, v.u., rel. Des. Leme de Campos).

EMBARGOS INFRINGENTES - Apelação cível - Servidor público estadual - Pretensão à condenação da ré no pagamento de indenização e incorporação das diferenças de vencimentos existentes entre os cargos de Auxiliar Judiciário VI e Escrevente Técnico Judiciário em razão de desvio de função - Admissibilidade - Desvio de função comprovado - O Poder Judiciário não detém poder para majorar vencimentos, mas possui competência para analisar a legalidade dos atos decorrentes da Administração Pública - A discricionariedade contida nos atos administrativos são passíveis de correção pelo Poder Judiciário, se estes não observarem a norma legal - Não há infringência à norma do art. 37, inciso X, da Constituição Federal de 1998, com a nova redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98

- Não pode o Estado locupletar-se dos serviços de seus servidores - Conjunto probatório que reconhece o exercício de função diversa - Autoras, concursadas nos termos do art. 37, inciso II, da Constituição Federal - Recurso rejeitado (TJSP, 9ª Câmara. Dir. Púb., Emb. Infr. 527.477.5/9-01, j. 19.12.2007, m.v., rel. Des. Rebouças de Carvalho).

“SERVIDOR PÚBLICO - DESVIO DE FUNÇÃO - DIFERENÇA DE VENCIMENTOS - ADMISSIBILIDADE - Vedar a partir do desvio de funções do servidor, o reenquadramento funcional sem concurso público ou, ainda, a incorporação da diferença de vencimentos, não significa, entretanto, que o Estado possa locupletar-se, de maneira indevida, com o fato de um servidor exercer funções diversas das inerentes a seu cargo, e omitir-se de pagar a diferença das remunerações entre os cargos, a título de indenização, sob pena de enriquecimento sem causa do Estado”. (TJSP, 11ª Câmara. Dir. Púb., Apelação 340.978.5/0-00, em decisão monocrática do Des. Rel. Luis Ganzerla).

Da mesma forma, já era julgada a matéria da recém editada Súmula 378 perante o Superior Tribunal de Justiça:

“RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. DESVIO DE FUNÇÃO. VENCIMENTOS. DIFERENÇAS. MATÉRIA CONSTITUCIONAL.

I - As violações a dispositivos constitucionais não podem ser objeto de recurso especial porquanto matéria própria de apelo extraordinário para a Augusta Corte.

II - Reiterada jurisprudência desta Corte no sentido de que o servidor que desempenha função diversa daquela inerente ao cargo para o qual foi investido, embora não faça jus a reenquadramento, tem direito a perceber as diferenças remuneratórias relativas ao período, sob pena de se gerar locupletamento indevido pela Administração.

Recurso parcialmente conhecido e, nesta extensão, provido.” (Resp 543.937/MG, 5ª Turma, Rel. Min. FÉLIX FISCHER, DJ de 29/03/2004.)

“AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. DESVIO DE FUNÇÃO. DIFERENÇAS SALARIAIS.

1. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que, quando há desvio de função do servidor público, é devida a diferença salarial correspondente à função efetivamente desempenhada, sendo inaplicável, no caso, o enunciado nº 339 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. Agravo regimental improvido.” (AgRg no REsp 439.244/RS, 6ª Turma, Rel. Min. HAMILTON CARVALHI-

DO, DJ de 15/03/2004.)

“ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. DESVIO DE FUNÇÃO. REENQUADRAMENTO. DIFERENÇAS SALARIAIS.

1. Pacífico o entendimento jurisprudencial desta Corte no sentido de que o servidor desviado da função inerente ao cargo para o qual foi investido não tem direito a reenquadramento, mas, somente, às diferenças remuneratórias.

2. Recurso conhecido e provido parcialmente.” (Resp 47.614/RJ, 6ª Turma, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, DJ de 24/02/2003.)

“SERVIDOR PÚBLICO. DESVIO DE FUNÇÃO. ENQUADRAMENTO. DIFERENÇAS SALARIAIS.

1 - Em atenção ao princípio da imprescindibilidade de concurso público para o preenchimento de cargos, o servidor público desviado de sua função não tem o direito ao reenquadramento. Todavia, faz jus aos vencimentos correspondentes à função desempenhada, sob pena de locupletamento indevido da Administração. Precedentes.

2 - Recurso especial conhecido e provido.” (Resp 442.967/RS, 6ª Turma, Rel. Min. FERNANDO GONÇALVES, DJ de 11/11/2002.)

“RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. DESVIO DE FUNÇÃO. DIREITO AO RECEBIMENTO DE DIFERENÇA SALARIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 83. RECURSO NÃO CONHECIDO.

1. A admissão parcial do recurso especial pela Presidência do Tribunal de origem não limita seu amplo conhecimento por este Superior Tribunal de Justiça. Incidência das Súmulas nºs 292 e 528 do Supremo Tribunal Federal. Precedentes da Corte.

2. O servidor público desviado da função inerente ao cargo para o qual foi investido não tem direito ao reenquadramento, mas deve receber as diferenças remuneratórias. Recurso não conhecido.” (Resp 130.215/RS, 6ª Turma, Rel. Min. PAULO MEDINA, DJ de 15/03/2004.)

Vale apontar que, apesar da edição da referida súmula, reflexo do reconhecimento máximo do direito do servidor, deve este comprovar sem dúvidas se enquadrar na situação reclamada, ou seja, de que desempenha regularmente funções de outro cargo que não o seu. Portanto, é absolutamente necessária a extensa e robusta prova, documental.

Finalmente, é importante ressaltar que, em respeito ao mencionado no inciso II do artigo 37 da Carta Magna, é inconstitucional qualquer pretensão no sentido de reenquadramento do servidor em outro cargo público diferente do seu.

Grupos de discussão da Assojubs: formado o Núcleo dos Escreventes

A Assojubs segue com a proposta de fomentar a discussão dos assuntos que abrangem as especificidades das carreiras do judiciário. Mantendo esse intuito, no dia 01 de julho, no Auditório da associação, foi realizada a reunião para formação do Núcleo dos Escreventes.

A exemplo da iniciativa envolvendo os oficiais de justiça, o objetivo é igualmente criar um grupo de debates para tratar dos problemas e situações adversas encontradas no cotidiano profissional da função. O primeiro encontro serviu para organizar, compor e direcionar o desenvolvimento do núcleo.

Fizeram parte da reunião os escreventes Luciene Cristina Mello (3º Ofício Cível/Santos), Vanda Aparecida Ribeiro Arno (9º Ofício Cível/Santos), Rosana de Melo Menezes (12º Ofício

Cível/Santos), Iporaci da Silva Maia (2º Ofício da Fazenda/Santos), Durvalino de Toledo Filho (2º Ofício da Fazenda/Santos) e Orimaldo Borborema (3º Ofício Cível/Santos). Mário Sérgio Soares, oficial de justiça (11º Ofício Cível/Santos), Maria Kill Damy Castro e Alexandre dos Santos, diretores da Assojubs, também estiveram presentes no sentido de orientar esse encontro inicial do núcleo.

A participação no núcleo é aberta a todos os escreventes. Portanto, servidor, compareça e fortaleça o grupo de discussão! A próxima reunião já está marcada: é dia 04 de agosto, às 19h30, no Auditório da Assojubs.

Em continuidade à proposta, posteriormente haverá a formação para o grupo de discussão com os auxiliares judiciário. Fiquem atentos aos informes da Assojubs.



O objetivo do núcleo é criar um grupo de debates para tratar dos problemas e situações adversas encontradas no cotidiano da função



Servidor elabora estudo de ergonomia sobre condições de trabalho

Visando expor os problemas ocasionados pelas doenças ocupacionais, apontar meios para evitá-los e promover melhorias às condições físicas e ambientais do trabalho, o servidor Marcelo Sales de Oliveira (foto) apresentou nos dias 23 e 30 de junho, no Auditório da Assojubs, a palestra intitulada “Estudo Ergonômico no 10º Ofício Cível do Fórum da Comarca de Santos”.

Voltado para os servidores que atuam em unidades cartorárias, o

estudo tem como foco a ergonomia física, abrangendo assuntos como postura, manuseio de materiais, projeto de postos de trabalho, segurança e saúde do trabalhador.

Com o estudo, Marcelo mostra as falhas existentes no serviço público no que diz respeito às condições de trabalho e propõe modificações embasadas numa metodologia científica e na legislação vigente no país, a Norma Regulamentadora número 17 (NR 17) do Ministério do Trabalho e

Emprego, que trata da ergonomia.

Aos que perderam a palestra, podem se interar do tema através do nosso site, que disponibiliza na íntegra o conteúdo do “Estudo Ergonômico no 10º Ofício Cível do Fórum da Comarca de Santos”. É só acessar o www.assojubs.com.br

Marcelo Sales Oliveira é graduado em educação física e pós-graduado lato sensu em ergonomia pela Universidade Gama Filho (UGF).

Blog do Núcleo de Oficiais de Justiça da Assojubs: acesse!

Já está disponível na Internet o blog do Núcleo de Oficiais de Justiça da Assojubs. O espaço foi criado para troca de informações, experiência e opiniões, buscando maior participação da categoria na luta pela dignidade do trabalho jurisdicional prestado pelos servidores.

É mais um instrumento que visa ampliar a discussão sobre a visão do

funcionamento da justiça e da sociedade em geral. Um canal voltado para a reciclagem de conhecimentos e aprimoramento na prestação de serviço.

Os interessados em inserir postagens devem direcionar os conteúdos aos integrantes do Núcleo de Oficiais de Justiça. Ingresse na rede, acesse e comente! O endereço é oficiaisassojubs.blogspot.com

Diretoria apresenta balanço patrimonial e resultados referentes a 2008

Em 11 de maio, membros da Diretoria e do Conselho Deliberativo, assim como associados, estiveram presentes à Assembleia Geral Ordinária de prestação das contas do exercício de 2008, realizada no Auditório da Assojubs.

Como em todos os anos, a prática objetiva esclarecer e apresentar aos contribuintes o balanço patrimonial e o demonstrativo de resultados, com os relatórios da movimentação financeira do período anterior, detalhando gastos e despesas, bem como aquisições e reformas – tanto estruturais como administrativas. Um panorama do trabalho desenvolvido, através de investimentos e aplicações, visando ampliar a oferta de serviços e benefícios aos seus associados.

De 2007 para 2008 houve um crescimento significativo de aproximadamente 40% do patrimônio líquido, que atualmente é de cerca de R\$ 1 milhão e meio. Vale lembrar que nos últimos cinco anos esse patrimônio quintuplicou.

E mais uma vez o saldo positivo provém de esforço dos associados e da Diretoria.

A gestão em exercício vem ampliando o trabalho, em vários níveis de atuação, para a expansão da Assojubs, sempre com o objetivo de defender os direitos e novas conquistas para os associados.



Assembleia de prestação de contas reuniu associados, Diretoria e Conselho

Comissão desenvolve discussão sobre alterações no Estatuto Social

Associados podem participar encaminhando propostas

Reestruturação dos preceitos que regem as formas de atuação sindical, conduta administrativa e manutenção do patrimônio dos associados. É nesse sentido que foi proposto em

Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 02 de junho, no Auditório da Assojubs, a formação de uma comissão a fim de efetuar alterações no Estatuto Social em vigor na enti-

dade.

Entre os associados presentes à assembleia que se colocaram à disposição para compor a comissão estatutária estão: Hugo Coviello, Adelson Gaspar (escrivente - 5º Ofício Criminal de Santos), Luiz Milito (oficial de justiça - Execuções Fiscais/SP), Gilberto Oliveira Santana (oficial de justiça - fórum de Santana/SP), Catarina Luft Morgado (oficial de justiça - Fórum Criminal da Barra Funda/SP), Tiago Helder Pitombeira Júnior (escrivente chefe - 10º Ofício Cível de Santos), Nelson Queiroz (diretor - 10º Ofício Cível de Santos), José Carlos dos Santos (auxiliar judiciário II - Seção de Manutenção do Fórum de Santos), Paulo Afonso Filgueiras Júnior (Agente de segurança - Fórum de Santos), Regina Queija (oficial de justiça - Vara do Júri de Santos) e Regina Maria Ferreira Pontes (escrivente - 1º Ofício Criminal de Santos).

Essa comissão vem organizando reuniões quinzenais voltadas à dis-

cussão de sugestões objetivando a elaboração de um novo Estatuto Social, cujas atribuições e prática de gestão sejam condizentes com o caráter representativo da associação e estejam legalmente de acordo com a Constituição vigente.

Com o pensamento direcionado para ações democráticas, todos os associados interessados podem apresentar indicativos de mudanças. As proposições podem ser encaminhadas por escrito para a Secretaria da Assojubs (Santos ou São Vicente) ou pelos e-mails faleconosco@assojubs.com.br ou secretaria@assojubs.com.br com o título "estatuto".

A cada reunião os tópicos em discussão (capítulos) serão informados aos associados através do quadro "Comissão Estatutária" no site da Assojubs: www.assojubs.com.br

Ao final, o texto corrigido do Estatuto, com as modificações e inclusões de itens, estará disponível aos associados para consulta.



As reuniões são quinzenais e os sócios podem apresentar indicativos de mudança

VALEU, VELHO! Saudades do companheiro Márcio Paiva Coelho

Nosso colega Márcio Paiva Coelho faleceu em 08 de abril. Foi uma perda muito sentida pelos judiciários, não só pela amizade como também por se tratar de um companheiro que sempre esteve na linha de frente das mobilizações da categoria. Márcio fez parte das primeiras diretorias do Sindicato dos Funcionários e Servidores do Poder Judiciário

da Baixada e Litoral Sul (Sinjubs) e, posteriormente na Assojubs, atuou em diversas áreas: foi responsável pela barraca de praia da entidade e participou da organização dos primeiros torneios de futebol de salão, além de sempre colaborar nos eventos organizados para mobilização ou entretenimento dos funcionários.

Voltou à Diretoria nas gestões da

chapa "Organização e Trabalho", que venceu as eleições em 2006 e 2008, como o diretor de Atividades Culturais, Sociais e Educacionais

Sua voz grave, geralmente com observações críticas, era constantemente ouvida nas assembleias e reuniões ao longo desses 20 anos. Sua falta é e será muito sentida por nós.



Atividades Culturais, Sociais e Educacionais: Eduardo Requejo assume o cargo



Requejo está no comando da pasta desde o final de abril



Em uma solenidade promovida na sede santista da Assojubs, em 23 de abril, Eduardo Requejo, na presença de membros da Diretoria e do Conselho Deliberativo, assumiu o comando do Departamento de Atividades Culturais, Sociais e Educacionais da associação.

Eduardo Requejo era o 1º suplente da chapa que atualmente preside a associação e devido ao falecimento de Márcio Paiva Coelho, em 08 de abril, passou, então, a compor a Diretoria. Durante a cerimônia de posse no Auditório da Assojubs, falou sobre a lacuna deixada por seu antecessor e se disse comprometido com o trabalho: "Não gostaria de assumir nesta circunstância, pois o Márcio era um grande e querido amigo que, com certeza, fará muita falta. Mas prometo me empenhar para dar continuidade ao bom trabalho realizado por ele".

Participaram da ocasião: Hugo Coviello (presidente), Maria Kill Damy Castro (secretária geral), Alexandre dos Santos (convênios), Mário Augusto (patrimônio), Laércio Armesto (esportes e lazer), Iporaci da Silva Maia (presidente do Conselho Deliberativo) e Mário Rosa (conselheiro).

Ministério Público Federal denuncia ex-diretor do Fórum de Santos por exploração de prestígio

O Ministério Público Federal denunciou, em 21 de julho, o juiz aposentado José Ricardo Tremura, ex-diretor do Fórum de Santos, pelo crime de exploração de prestígio. A denúncia também inclui o publicitário Marcos Valério (conhecido pelo caso do Mensalão), o empresário Walter Faria (representante da Cervejaria Petrópolis) e mais outros cinco investigados na Operação Avalanche, deflagrada

em 2008 pela Polícia Federal.

De acordo com o Ministério Público, os acusados pretendiam influenciar no andamento de uma ação milionária de interesse da Cervejaria Petrópolis, em trâmite no Fórum de Boituva, São Paulo. Sob a coordenação de Marcos Valério, foram convocados para o "trabalho" os advogados mineiros Ildeu Pereira e Eloá Velloso.

Pereira e Velloso fizeram contato com os policiais federais aposentados Paulo Endo e Daniel Balde, que atuaram em Santos. Estes, por sua vez, chegaram em Tremura, que atualmente é advogado. Conforme a denúncia, valendo-se de sua condição de juiz aposentado, Tremura se dispôs a atuar no sentido de influir sobre os juizes responsáveis pela causa em benefício da cervejaria.

Segundo o Ministério Público, não há indícios de que Tremura e os demais acusados tenham afetado o trâmite da ação judicial. Mas, o fato de terem solicitado dinheiro para influenciar os juizes da Comarca de Boituva caracteriza o crime de exploração de prestígio, descrito no artigo 357 do Código Penal e cuja pena é de um a cinco anos de prisão e multa.

GALERIA DE FOTOS:

“Cantar é mover o dom”

O cronograma do grupo nesse 1º semestre, além dos ensaios semanais, teve três momentos distintos: no 155º Aniversário da Comarca de Santos, na Semana da Luta Antimanicomial (Praia Grande) e na Unifesp - Campus Baixada Santista



Pelo segundo ano consecutivo o Coral Assojubs esteve presente à comemoração do Aniversário da Comarca de Santos



A apresentação aconteceu no saguão do prédio central, em 06 de maio, aos olhares atentos de servidores e público em geral



A convite do Ambulatório de Saúde Mental de Praia Grande, o grupo levou a arte do canto aos pacientes atendidos pela unidade



Em junho, dia 29, o Coral Assojubs participou de uma atividade em conjunto com a Unifesp - Campus Baixada



O coro integrou a programação da Semana da Luta Antimanicomial, em 18 de maio, em uma iniciativa visando a reabilitação e inserção social



Em mais uma oportunidade, os coralistas, regidos por Mário Soares, fizeram um parceria musical com os anfitriões

Apoio



Praça Dom Idílio José Soares, 42 - Conj 29 - Santos - SP - Cep 11013-170
Tel: (13) 3233-1523 - 3234-8490 - Fax: 32242748



Iniciando a sequência de eventos da programação social, a Cantina da Assojubs foi palco, em 27 de março, da Disco Jubs



Cristopher & Banda foi a atração da Noite do Pop Rock - Balada da Reposição, promovida em 05 de junho na sede santista



A temática da festa caiu nas graças dos participantes, a Disco Jubs registrou grande participação da família judiciária



Consagrado na noite da Baixada, o trio contagiou o público com a alta qualidade da apresentação, que foi de Cazuzá à melodia de O Rappa, entre outras interpretações



Andréa Monthero & Amós fizeram o som do Arraiäl Jubs, em 24 de julho



Comidas e bebidas típicas e uma divertida quadrilha foram as sensações do "festejo junino" na associação

Sob o comando do DJ Hennris, Disco Jubs reuniu os clássicos da música dos anos 70 e 80; o som de Christopher & Banda deu o tom da Noite do Pop Rock - Balada da Reposição; Arraiäl Jubs foi a realização de julho

GALERIA DE FOTOS: "Deixe a energia do som te levar"

GALERIA DE FOTOS: A integração através do Esporte

Equipe Assojubs de pedestrianismo marcou presença nas tradicionais corridas de rua da região



Com seis etapas ao longo do ano, o Campeonato Santista de Pedestrianismo, que chega a sua 24ª edição em 2004, é destino certo dos atletas da Assojubs

Os 10 KM Tribuna FM, a maior prova de rua da Baixada Santista, não poderia deixar de contar com a presença da equipe Assojubs; a disputa aconteceu em 17 de maio



De praxe, os esportistas foram recepcionados antes da corrida na associação, com um reforçado café da manhã, posaram para foto na escadaria do Fórum de Santos e participaram do churrasco de confraternização na barraca de praia



Uma das disputas mais difíceis do país devido aos 7,5 de subida íngreme, o 4º Desafio da Mata Atlântica, em 04 de julho, também registrou participação da associação



Mais uma grande festa do esporte: 27 de maio foi a vez dos atletas se reunirem para o Dia do Desafio, cujo percurso, pela orla da praia, teve concentração, largada e chegada na Praça das Bandeiras, no Gonzaga



A dureza da prova é superada por seu belo visual, pois o trajeto contempla passagens por uma área de preservação ecológica e com patrimônios históricos, dentro do Pólo Ecoturístico Caminho do Mar, em Cubatão

